STJ00114830

Prof. Dr. Juarez Cirino dos Santos

Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná
Presidente do Instituto de Criminologia e Política Criminal - ICPC
Advogado criminal

DIREITO PENAL
PARTE GERAL

10ª EDIÇÃO

REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

tirant
lo blanch

STJ00114830

Copyright© Tirant lo Blanch Brasil
Editor Responsável: Aline Gostinski
Assistente Editorial: Izabela Eid
Capa e diagramação: Analu Brettas

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO:
EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT
Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México
JUAREZ TAVARES
Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil
LUIS LÓPEZ GUERRA
Ex Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha
OWEN M. FISS
Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA
TOMÁS S. VIVES ANTÓN
Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

121900

S235 Santos, Juarez Cirino dos

Direito penal : parte geral / Juarez Cirino dos Santos. – 10.ed. rev. atual e ampl. – São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.

768 p.

ISBN: 978-65-5908-351-0

1. Direito penal. 2. Lei penal. I.Título.

CDU: 343.2

Bibliotecária responsável: Elisabete Cândida da Silva CRB-8/6778
DOI: 10.53071/boo-2022-06-02-62991f4a48e0f

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.
A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§, Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

tirant lo blanch

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.
Avenida Brigadeiro Luiz Antonio nº 2909, sala 44.
Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP CEP: 01401-000
Fone: 11 2894 7330 / Email: editora@tirant.com / atendimento@tirant.com
www.tirant.com/br - www.editorial.tirant.com/br/

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

STJ00114830

Sumário

Primeira Parte
Teoria da Lei Penal

Capítulo 1
Direito Penal **27**
I. Conceito de Direito Penal 27
II. Objetivos do Direito Penal 29
1. Objetivos *declarados* do discurso jurídico oficial 31
2. Objetivos *reais* do discurso jurídico crítico 33
2.1. Direito Penal e desigualdade social 36
2.2. O bem jurídico na sociedade capitalista: ainda um conceito necessário... 41

Capítulo 2
Princípios do Direito Penal **47**
I. Princípio da legalidade 47
1. Proibição de *retroatividade* da lei penal 48
2. Proibição de *analogia* da lei penal (*in malam partem*) 49
3. Proibição do *costume* como fonte da lei penal 50
4. Proibição de *indeterminação* da lei penal 50
II. Princípio da culpabilidade 51
III. Princípio da lesividade 53
IV. Princípio da proporcionalidade 54
V. Princípio da humanidade 57
VI. Princípio da responsabilidade penal pessoal 59

Capítulo 3
Validade da Lei Penal **61**
A) Validade da lei penal no espaço 61
I. O critério da territorialidade 62
1. Conceito de território 63
2. Imunidades diplomáticas 63
3. Navios e aviões públicos e privados 65
4. Lugar do crime 66

II. Critério da extraterritorialidade....67
1. Princípio da proteção....68
2. Princípio da personalidade....68
3. Princípio da competência universal....70
III. Extradição....72
B) Validade da lei penal no tempo....76
I. O critério geral: princípio da legalidade....76
II. O critério específico: lei penal mais benigna....77

Capítulo 4
Interpretação da Lei Penal....85
I. O significado de norma jurídica....85
II. A interpretação da norma penal....86
1. Técnicas de interpretação....87
2. Sujeitos da interpretação....87
3. Resultados da interpretação....88
4. Analogia e interpretação....89
III. O silogismo como lógica de subsunção jurídica....92
IV. Fontes da norma penal....93

Segunda Parte
Teoria do Fato Punível

Capítulo 5
Fato Punível....97
I. Definições de crime....97
II. Os sistemas de fato punível....99
III. Teoria do tipo....107
1. Conceito e funções do tipo....107
2. Desenvolvimento do conceito de tipo....108
3. Adequação social e exclusão de tipicidade....110
4. Elementos do tipo legal: objetivos, subjetivos, descritivos e normativos....111
5. Modalidades de tipos....112

Capítulo 6
Teoria da Ação....119
I. Introdução....119

II. Definições do conceito de ação 121
1. Modelo causal de ação 121
2. Modelo *teleológico* de ação 124
2.1. Conceito 124
2.2. Estrutura 125
2.3. O *trabalho* como novo fundamento teleológico da ação 129
3. Modelo social de ação 131
4. Modelo negativo de ação 134
5. Modelo pessoal de ação 136
6. Modelo comunicativo de ação 137
III. Funções do conceito de ação 140
IV. Conclusão 144

CAPÍTULO 7

TIPO DE INJUSTO DOLOSO 147
I. Introdução 147
II. Tipo objetivo 147
1. Causação do resultado 148
1.1. Teoria da equivalência das condições 149
1.2. Teoria da adequação 155
2. Imputação (objetiva) do resultado 156
2.1. A ação do autor *não cria* risco do resultado 157
2.2. O risco criado pela ação *não se realiza* no resultado 158
III. Tipo subjetivo 159
1. Dolo 160
1.1. Espécies de dolo 162
1.1.1. Dolo direto de 1º grau 163
1.1.2. Dolo direto de 2º grau 164
1.1.3. Dolo eventual 165
1.2. Dolo alternativo 175
1.3. A dimensão temporal do dolo 176
2. Erro de tipo 176
2.1. Erro de tipo e erro de subsunção 177
2.2. A intensidade de representação das circunstâncias de fato 180
3. Atribuição subjetiva do resultado em desvios causais 181
4. Elementos subjetivos especiais 186

STJ00114830

Capítulo 8

Tipo de Injusto Imprudente 191

I. Introdução 191
II. A capacidade individual como critério de definição de imprudência 192
III. O tipo de injusto imprudente 195
1. O desvalor de ação: lesão do dever de cuidado ou do risco permitido....197
2. O desvalor de resultado: lesão do bem jurídico protegido 202
2.1. Imputação do resultado ao autor 203
2.2. Exclusão da imputação do resultado 205
2.3. A previsibilidade e a previsão do resultado 211
2.4. Aspectos sociológicos dos acidentes de trânsito 217
IV. Tipo objetivo e tipo subjetivo 218
V. Crimes qualificados pelo resultado: combinações dolo/imprudência.220

Capítulo 9

Tipo de Injusto de Omissão de Ação 223

I. Introdução 223
II. Ação e omissão de ação 223
III. Omissão de ação própria e imprópria 225
IV. A omissão de ação imprópria e o princípio da legalidade 227
1. A proibição de analogia penal 228
2. A proibição de indeterminação penal 229
V. Estrutura dos tipos de omissão de ação 232
1. O tipo objetivo da omissão própria e imprópria: elementos comuns233
2. O tipo objetivo da omissão de ação imprópria: elementos específicos....235
3. O tipo subjetivo da omissão de ação 241
VI. Conhecimento do injusto e erro de mandado 243
VII. Tentativa e desistência na omissão de ação 243
VIII. A exigibilidade da ação mandada 245

Capítulo 10

Antijuridicidade e Justificação 247

I. Teoria da antijuridicidade 247
1. Introdução 247
2. Fundamento das justificações 252
3. Conhecimento e erro nas justificações 253
4. Efeito das justificações 256

II. Justificações 256
A) Legítima defesa 257
1. Situação justificante 257
2. Ação justificada 260
2.1. Elementos subjetivos da ação de defesa 261
2.2. Elementos objetivos da ação de defesa 262
2.3. A permissibilidade da legítima defesa 264
3. Particularidades 266
a) Legítima defesa de outrem 266
b) Extensão da justificação 267
c) Excesso de legítima defesa 267
4. Legítima defesa de refém, por agente de segurança pública 268
B) Estado de necessidade 270
1. Situação justificante 271
2. Ação justificada 273
2.1. Elementos subjetivos da ação necessária 274
2.2. Elementos objetivos e normativos da ação necessária 274
3. Posições especiais de dever 280
C) Estrito cumprimento de dever legal 284
1. Situação justificante 285
2. Ação justificada 285
2.1. Ruptura dos limites do dever na aplicação da lei 286
2.2. Cumprimento de ordens antijurídicas 287
3. Elementos subjetivos do estrito cumprimento de dever legal 288
D) Exercício regular de direito 288
1. Situações justificantes 289
2. Ação justificada 293
3. Elementos subjetivos no exercício regular de direito 293
E) Consentimento do titular do bem jurídico 294
1. Consentimento real 295
1.1. Objeto do consentimento 296
1.2. Remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano (Lei 9.434/97) 298
1.3. Capacidade e defeito de consentimento 299
1.4. Manifestação do consentimento 300
2. Consentimento presumido 301
3. O problema da eutanásia 303
F) Justificação nos tipos de imprudência 305

CAPÍTULO 11

CULPABILIDADE E EXCULPAÇÃO 309

I. Conceito de culpabilidade 309
1. Desenvolvimento do conceito de culpabilidade 310
1.1. Conceito psicológico de culpabilidade 310
1.2. Conceito normativo de culpabilidade 311
2. Definições materiais do conceito normativo de culpabilidade 314
3. O *princípio da alteridade* como base da responsabilidade social 318
II. Estrutura do conceito de culpabilidade 319
1. Capacidade de culpabilidade 320
1.1. Incapacidade de culpabilidade 321
1.2. Capacidade relativa de culpabilidade 325
1.3. Problemas político-criminais especiais 326
2. Conhecimento do injusto e erro de proibição 330
2.1. Conhecimento do injusto 331
2.2. Consequências legais do erro de proibição 341
2.3. Natureza evitável ou inevitável do erro de proibição 342
2.4. Meios de conhecimento do injusto 343
2.5. Erro de proibição na lei penal brasileira 346
2.6. Espécies de erro de proibição na lei penal brasileira 352
3. Exigibilidade de comportamento diverso 355
3.1. Normalidade do fato e exigibilidade jurídica 355
3.2. A inexigibilidade como fundamento geral de exculpação 357
3.3. As situações de exculpação 358
a) Coação irresistível 359
b) Obediência hierárquica 360
c) Excesso de legítima defesa real por defeito emocional 362
d) Excesso de legítima defesa putativa por defeito emocional 365
a) Fato de consciência 366
b) Provocação da situação de legítima defesa 368
c) Desobediência civil 369
d) Conflito de deveres 369

CAPÍTULO 12

OUTRAS CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE 373

I. Introdução 373
II. Condições objetivas de punibilidade 373
III. Fundamentos excludentes de pena 374

CAPÍTULO 13
AUTORIA E PARTICIPAÇÃO 377
I. Introdução 377
II. Conceito de autor 378
1. Teoria unitária de autor 378
2. Conceito restritivo de autor 379
3. Teoria subjetiva de autor 380
4. Teoria do domínio do fato 381
III. Formas de autoria 383
1. Autoria direta 383
2. Autoria mediata 384
2.1. Hipóteses de autoria mediata 384
2.2. Problemas especiais 388
3. Autoria coletiva (ou coautoria) 389
3.1. Decisão comum para o fato 390
3.2. Realização comum do fato 391
3.3. Distribuição da responsabilidade penal 392
IV. Participação como contribuição acessória dolosa em fato principal doloso de outrem 395
1. Instigação 397
1.1. O dolo do instigador e a decisão do autor 398
1.2. O dolo do instigador e o fato do autor 399
1.3. Erro de tipo e erro de tipo permissivo 400
2. Cumplicidade 401
2.1. Natureza da ajuda material 401
2.2. O dolo do cúmplice e o fato principal 402
3. Concorrência de formas de participação 403
4. Participação necessária 404
5. Tentativa de participação 404
V. Comunicabilidade das circunstâncias ou condições pessoais 405

CAPÍTULO 14
TENTATIVA E CONSUMAÇÃO 407
I. Introdução 407
II. Teorias da tentativa 408
1. Teorias objetivas 409
1.1. Teoria objetiva formal 409

STJ00114830

1.2. Teoria objetiva material 410
2. Teoria subjetiva 411
3. Teoria objetivo-subjetiva (ou objetiva individual) 411
4. O tipo de tentativa 414
5. Consumação formal e material 415
6. Objeto da tentativa 416
7. Fundamento da punibilidade da tentativa 418
8. Tentativa inidônea 419
9. Delito de alucinação 421
III. Desistência da tentativa 421
1. Teorias sobre desistência da tentativa 422
2. Tentativa inacabada e acabada 423
3. Estrutura da desistência da tentativa 425
3.1. Desistência voluntária 425
3.2. Arrependimento eficaz 426
4. Tentativa falha 427
5. Extensão dos efeitos da desistência da tentativa 428
6. Desistência da tentativa no concurso de pessoas 429
6.1. Participação 429
6.2. Coautoria 430
7. Arrependimento posterior 430

CAPÍTULO 15

UNIDADE E PLURALIDADE DE FATOS PUNÍVEIS 433

I. Introdução 433
II. Unidade e pluralidade de ações típicas 434
III. Pluralidade material de fatos puníveis 436
IV. Pluralidade formal de resultados típicos 437
V. Unidade continuada de fatos típicos 440
1. A disciplina legal 440
2. O paradigma objetivo/subjetivo do crime continuado 442
3. Unidade de injusto e unidade de pena 444
VI. A pena de multa na pluralidade de fatos puníveis 445
VII. Limite das penas privativas de liberdade 445
VIII. Pluralidade aparente de leis 446
1. Especialidade 447
2. Subsidiariedade 448

3. Consunção 449
4. Antefato e pós-fato copunidos 450

Terceira Parte
Teoria da Pena

Capítulo 16

Política Criminal e Direito Penal 453
I. O discurso oficial da teoria jurídica da pena 455
1. A pena como retribuição de culpabilidade 455
2. A pena como prevenção especial 457
3. A pena como prevenção geral 459
4. As teorias unificadas: a pena como retribuição e prevenção 461
II. O discurso crítico da teoria criminológica da pena 463
A) A crítica negativa/agnóstica da pena criminal 464
B) A crítica materialista/dialética da pena criminal 468
1. A pena como *retribuição equivalente* do crime 468
2. A prevenção especial como garantia das relações sociais 475
3. A prevenção geral como afirmação da ideologia dominante 482
4. Conclusão 488

Capítulo 17

Prisão e Controle Social 491
I. Introdução 491
II. A relação cárcere/fábrica 494
III. A origem da penitenciária 495
IV. O modelo filadelfiano de penitenciária 497
V. O modelo auburniano de penitenciária 499
VI. Indústria do encarceramento: atualidade e perspectivas 501
VII. A privatização de presídios no Brasil 504

Capítulo 18

O Sistema Penal Brasileiro 509
I. A política penal brasileira 509
1. Um sistema dualista alternativo em transição 509
2. Sistema de medidas repressivas da lei penal 510
II. Penas criminais 511

STJ00114830

1. Penas privativas de liberdade 511
1.1. Regimes de execução 512
1.1.1. Progressão e regressão de regimes 512
1.1.2. Espécies de regime 516
1.2. Direitos e deveres do condenado 519
1.3. A disciplina penal 522
1.4. Individualização da execução: classificação e exame criminológico .. 526
1.5. Detração penal 528
1.6. Limite das penas privativas de liberdade 529
2. Penas restritivas de direitos 530
2.1. Natureza 530
2.2. Pressupostos de aplicação das penas restritivas de direitos 530
2.3. Espécies de penas restritivas de direitos 532
3. Pena de multa 537
3.1. Cominação da pena de multa 538
3.2. Aplicação da pena de multa 539
3.3. Execução da pena de multa 540
4. Conversibilidade executiva das penas criminais 542
5. Cominação das penas criminais 543
5.1. Regras de cominação 543
5.2. Cominação das penas de multa 544

CAPÍTULO 19
APLICAÇÃO DAS PENAS CRIMINAIS 547
I. A sentença criminal 547
1. A sentença criminal absolutória 547
2. A sentença criminal condenatória 548
II. O método legal de aplicação da pena 549
1. Definição da pena-base: circunstâncias judiciais (1ª fase) 553
1.1. Elementos do agente 555
a) Culpabilidade 555
b) Antecedentes 558
c) Conduta social 559
d) Personalidade 559
e) Motivos 561
1.2. Elementos do fato 562
a) Circunstâncias 562
b) Consequências 563

1.3. Contribuição da vítima 563
2. Circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas (2ª fase) 564
2.1. Circunstâncias agravantes 565
a) Reincidência 566
b) Motivo fútil ou torpe 570
c) Facilitar ou assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem de outro crime 571
d) Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima 571
e) Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum 572
f) Vitimização de ascendente, descendente, irmão ou cônjuge 572
g) Abuso de autoridade ou prevalecimento de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher, na forma da lei específica 573
h) Abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão 575
i) Vitimização de criança, de maior de 60 anos, de enfermo ou de mulher grávida 575
j) Vítima sob imediata proteção da autoridade 576
l) Ocasião de calamidade pública (incêndio, naufrágio, inundação etc.) ou de desgraça particular da vítima 576
m) Embriaguez preordenada 577
2.2. Circunstâncias agravantes do concurso de pessoas 578
a) Promover, organizar ou dirigir a atividade criminosa coletiva 578
b) Coagir ou induzir à execução material de crime 579
c) Instigar ou determinar ao crime pessoa dependente ou impunível por condição ou qualidade pessoal 579
d) Executar ou participar de crime mediante pagamento ou promessa de recompensa 580
2.3. Circunstâncias atenuantes 580
a) Agente menor de 21 (data do fato) ou maior de 70 anos (data da sentença) 581
b) Desconhecimento da lei 582
c) Motivo de relevante valor social ou moral 583
d) Ação espontânea, imediata e eficiente, para evitar ou reduzir as consequências do crime, ou reparação do dano antes do julgamento 584
e) Coação resistível, cumprimento de ordem de autoridade superior ou violenta emoção provocada por ato injusto da vítima 585

f) Confissão espontânea de autoria de crime perante autoridade..... 586
g) Influência de multidão em tumulto não provocado 586
2.4. Circunstâncias atenuantes inominadas 587
2.5. Concurso de circunstâncias legais 588
2.6. Limites de agravação e de atenuação da pena 588
3. Alteradores especiais da pena: causas especiais de aumento ou de diminuição da pena 590
III. Efeitos da condenação 591
IV. Reabilitação 597

CAPÍTULO 20

SUBSTITUTIVOS PENAIS 601

I. Teoria dos substitutivos penais 601
1. Teorias tradicionais 601
1.1. Explicações humanitárias..... 602
1.2. Explicações científicas 602
2. Teorias críticas 603
2.1. Superlotação carcerária 603
2.2. Crise fiscal 604
2.3. Ampliação do controle social 606
3. Conclusão 607
II. Os substitutivos penais da legislação brasileira..... 608
A) Suspensão condicional da pena 608
1. Pressupostos específicos 609
2. Pressuposto geral da suspensão condicional da pena 614
3. Condições legais de execução..... 615
4. Condições judiciais de execução 615
5. Modificação das condições de execução 616
6. Formalidades de concessão 617
7. Revogação 617
8. Prorrogação do prazo..... 619
9. Extinção da pena 619
B) Livramento condicional 620
1. Espécies de livramento condicional..... 620
2. Pressupostos do livramento condicional..... 622
2.1. Pressupostos gerais 622
2.2. Pressupostos específicos 623
3. Condições de execução 625

4. Formalidades de concessão 626
5. Revogação 626
6. Efeitos da revogação 628
7. Extinção da pena 628
C) Os substitutivos penais da Lei 9.099/95: *a transação penal e a suspensão condicional do processo* 629
1. Transação penal 630
1.1. Conceito 630
1.2. Requisitos da transação penal 630
1.3. Consequências jurídicas da transação penal 633
2. Suspensão condicional do processo 634
2.1. Conceito 634
2.2. Pressupostos de concessão 635
2.3. Condições de execução 638
2.4. Revogação 639
2.5. Extinção da pena 639

CAPÍTULO 21

MEDIDAS DE SEGURANÇA OU MEDIDAS DE PROTEÇÃO? 641
A) As Medidas de Segurança da legislação penal 641
I. As vias alternativas do Direito Penal brasileiro 641
II. A crise insuperável das medidas de segurança 642
1. Os problemas metodológicos das medidas de segurança 642
2. Os problemas de legalidade das medidas de segurança 643
III. As medidas de segurança da legislação penal 645
1. Pressupostos das medidas de segurança 645
1.1. Realização de fato previsto como crime 645
1.2. Periculosidade criminal do autor 646
2. Objetivos das medidas de segurança 648
3. Espécies de medidas de segurança 649
3.1. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico 650
3.2. Tratamento ambulatorial 651
4. Duração das medidas de segurança 652
5. Verificação de cessação da periculosidade criminal 653
6. Substituição e conversão das medidas de segurança 654
7. Prescrição das medidas de segurança 655
8. Um conflito aparente de leis: o fim das medidas de segurança? 656
B) As Medidas de Proteção da Lei 10.216/2001 656

1. Um novo modelo de saúde mental 657
2. Um novo conceito psiquiátrico: pessoas portadoras de *transtorno mental* 658
3. Os direitos de pessoas com transtorno mental 659
4. Regra e exceção: o tratamento em liberdade e a internação psiquiátrica.... 661
5. Requisitos da internação psiquiátrica 663
6. As consequências para o sistema de justiça criminal 665
7. Desinternação programada de pacientes com dependência institucional 666
8. Recomendações do CNJ aos Tribunais 667
9. As experiências forenses do modelo antimanicomial da Lei 10.216/2001 668
9.1. Uma prática institucional revolucionária 668
9.2. A perspectiva de abolição do manicômio judiciário 670

CAPÍTULO 22

AÇÃO PENAL 671

I. As limitações democráticas do poder de punir 671
II. Os princípios constitucionais do processo penal 671
1. Princípios de formação do processo 672
2. Princípios da prova processual 674
III. Ação penal 676
1. Ação penal pública 678
1.1. Ação penal pública incondicionada 678
1.2. Ação penal pública condicionada 679
1.3. Ação penal pública extensiva 681
2. Ação penal privada 681
2.1. Ação penal privada subsidiária da ação pública 682
2.2. Transmissão do direito de queixa 682
2.3. Extinção do direito de queixa 683

CAPÍTULO 23

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE 687

I. Morte do agente 687
II. Anistia, graça e indulto 688
III. Descriminalização do fato 690
IV. Prescrição, decadência e perempção 690

1. Prescrição 690
1.1. Prescrição antes do trânsito em julgado da sentença criminal 691
1.2. Prescrição depois do trânsito em julgado da sentença condenatória 692
1.3. Prescrição conforme os níveis de concretização da pena 693
1.4. Redução e aumento dos prazos de prescrição 695
1.5. Prescrição das penas restritivas de direito 697
1.6. Prescrição da pena de multa 698
1.7. Prescrição das medidas de segurança 698
1.8. Causas impeditivas da prescrição 699
1.9. Causas interruptivas da prescrição 702
1.10. Prescrição das penas menos graves com as mais graves 703
2. Decadência 703
3. Perempção 703
V. Renúncia e perdão 704
VI. Retratação do agente 705
VII. Perdão judicial 705
VIII. A extinção da punibilidade nos tipos complexos, nos tipos dependentes de outros tipos, nos tipos que pressupõem outros tipos, nos tipos qualificados pelo resultado e nos tipos conexos 706
IX. A extinção da punibilidade no concurso de crimes 707

ANEXO 709

CAPÍTULO 24

A RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA 711

I. Introdução 711
II. A controvérsia constitucional 712
III. Problemas da responsabilidade penal da pessoa jurídica 717
1. A pessoa jurídica e o conceito de crime 719
1.1. A pessoa jurídica e o conceito de tipo de injusto 721
1.2. A pessoa jurídica e o conceito de culpabilidade 725
1.3. ● modelo francês de responsabilidade penal 729
1.4. Conclusão sobre a relação pessoa jurídica/crime 732
2. A pessoa jurídica e o conceito de pena 732
2.1. Lesão da técnica legislativa da lei penal 732
2.2. Lesão do princípio da personalidade da pena 735
2.3. Lesão do princípio da individualização da pena 737
2.4. Lesão das funções declaradas do discurso oficial da pena 738

STJ00114830

2.5. Conclusão 740

BIBLIOGRAFIA 741

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO 757